

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.585 - MT (2018/0270765-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**SUSCITANTE** : JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)  
**SUSCITANTE** : VERA LUCIA CAMARGO PUPIN  
**ADVOGADOS** : OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524  
LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337  
CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE CAMPO VERDE - MT  
**SUSCITADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE CAMPINAS - SP  
**INTERES.** : FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA  
**ADVOGADOS** : CARINA MOISÉS MENDONÇA - SP210867  
NAJARA BARBIERI RODRIGUES RIBEIRO - SP291340

**EMENTA**

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO. CÉDULA DE PRODUTO RURAL GARANTIDA POR PENHOR RURAL. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL AO DEVEDOR. CRÉDITO CONSIDERADO EXTRACONCURSAL PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO E CONCURSAL PELO JUÍZO UNIVERSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO PARA DECIDIR SOBRE A NATUREZA DO CRÉDITO OBJETO DA EXECUÇÃO. PRECEDENTES DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ.

Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campo Verde-MT.

**DECISÃO**

Ao examinar o pedido liminar formulado por José Pupin Agropecuária - Em Recuperação Judicial e outra, fiz o seguinte apanhado do caso:

Ao Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campinas/SP foi distribuído, em julho de 2017, o pedido de execução para entrega de coisa incerta, com requerimento cautelar de sequestro (Processo n. 1034185-06.2017.8.26.0114), formulado por FMC Química do Brasil Ltda contra José Pupin e Vera Lúcia Camargo Pupin, tendo por lastro a Cédula de Produto Rural n. FCMCI 08/2016, e o descumprimento da obrigação, a cargo do executado José, com aval dado pela executada Vera Lúcia, de entregar à exequente quatrocentas e setenta e quatro mil e quatrocentas sacas de milho da safra 2017/2017, de 60 kg cada, até a data de 1º/7/2017.

Poucos meses depois de deflagrada essa execução, José Pupin

Agropecuária e Vera Lúcia Camargo Pupin ingressaram com pedido de recuperação judicial no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso (Processo n. 7612-57.2017.8.11.0051), cujo processamento foi deferido pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campo Verde/MT por decisão datada de 10/10/2017.

Após o deferimento, pelo Juízo de Campinas/SP, da medida cautelar de sequestro das sacas de milho e do subsequente pedido de alienação antecipada, os ora suscitantes peticionaram nos autos da execução informando sobre a existência do processo de recuperação judicial, tendo solicitado, com base nesse fato, fosse ela suspensa, mas tal pedido foi indeferido, e as razões foram estas:

Todavia, a situação do crédito ora executado enquadra-se na previsão contida no artigo 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005, pois o crédito aqui executado não se submete aos efeitos da recuperação judicial.

Isto porque a Cédula de Produto Rural nº 08/2016 (páginas 40/43) objeto da presente execução está garantida por penhor rural de primeiro grau da quantidade de 28.464.000 kg de milho da safra 2017/2017 (vide página 40).

Desse modo, tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º, desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

Ora, sendo assim, o crédito perseguido nesta ação não se submete à disciplina concursal da recuperação judicial, razão pela qual o Juízo da recuperação judicial não detém qualquer competência para emanar a ordem sobre os bens aqui arrestados.

Os embargos de declaração opostos a essa decisão pelos executados foram rejeitados, o que os levou a ingressar, em 12/12/2017, com agravo de instrumento no Tribunal de Justiça de São Paulo (Processo n. 2245288-60.2017.8.26.0000), não tendo logrado êxito, contudo, quanto ao pedido de efeito suspensivo nele embutido, indeferido que foi pelo relator, Desembargador Nelson Jorge Júnior (e-STJ, fl. 286), tampouco quanto ao mérito, já que ao agravo foi negado provimento, em julgamento de 11/7/2018, pela Décima Terceira Câmara de Direito Privado, conforme as razões sintetizadas nesta ementa:

#### RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

- Execução para entrega de grãos de milho -  
Recuperação judicial da pessoa jurídica - Deferimento da  
recuperação que teria sido estendido aos devedores individuais  
- Crédito pignoratício que não está sujeito aos efeitos da  
recuperação - Recurso não provido.

- A aprovação do plano da recuperação judicial da  
devedora, do qual os devedores são sócios, ainda que a eles  
tenham sido estendidos os efeitos, não acarreta a suspensão da  
execução, quando se trata de credor pignoratício, à luz do  
artigo 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.

**AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO E  
PREJUDICADO O AGRAVO INTERNO.**

Referindo-se às decisões proferidas pelo magistrado de  
Campinas/SP e pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, alegam os  
suscitantes que foram elas proferidas "em total desrespeito não  
apenas à decisão do Juízo Recuperacional da 1ª Vara Cível de  
Campo Verde/MT, mas também em clara afronta à Lei nº 11.101/05  
e à jurisprudência do STJ, pois entenderam que o contrato objeto da  
demanda de origem não está sujeito aos efeitos da recuperação  
judicial, autorizando o prosseguimento da demanda de origem,  
desconsiderando por completo a incompetência para tanto, tendo em  
vista se tratarem os suscitantes de empresários individuais em  
recuperação judicial".

Nessa linha de argumentação, sustentam que "quaisquer dos  
atos destacados acima são de competência exclusiva do MM. Juízo  
da Recuperação Judicial, o que tem como objetivo trazer segurança  
jurídica às relações, evitar a desigualdade entre os credores e  
proteger os bens essenciais da Recuperanda, sob pena de causar  
prejuízos significativos ao processo de recuperação judicial,  
inviabilizando o soerguimento, violando o previsto no artigo 47 da  
LFRJ".

No modo de ver dos suscitantes, "dar seguimento à ação, com  
a consequente expropriação do produto rural em questão, é afronta  
inquestionável ao artigo 49, § 3º, da Lei 11.101/2005, donde se  
depreende que é vedada a retirada de bens essenciais ao exercício da  
atividade empresarial em razão do deferimento do processamento da  
recuperação judicial".

Afirmam, ainda, que "a decisão acerca da submissão ou não  
de um crédito aos efeitos da recuperação judicial cabe tão somente  
ao Juízo da Recuperação Judicial, tendo o Juízo suscitado excedido  
em sua competência quando entendeu pela extraconcursalidade do  
crédito da credora FMC".

À vista desses argumentos, pedem que se "suspenda  
liminarmente o prosseguimento da demanda em trâmite perante o  
Juízo suscitado e a consequente realização dos demais atos  
expropriatórios".

Por vislumbrar verossimilhança nas alegações dos requerentes, deferi a  
medida urgente por eles pleiteada a fim de "determinar a imediata suspensão da execução

que se processa, perante o Juízo da 1ª Vara Cível de Campinas/SP, nos autos de n. 1034185-06.2017.8.26.0114".

Vieram aos autos informações prestadas pelo Desembargador Relator do agravo na Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo (e-STJ, fls. 481-483), pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campo Verde-MT (e-STJ, fls. 509-510) e pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campinas-SP (e-STJ, fls. 496-497).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou no sentido de que seja declarada a competência do Juízo da Recuperação Judicial (e-STJ, fls. 499-503).

Brevemente relatado, decido.

Sobre a questão discutida no presente conflito, dela já se ocupou a Segunda Seção desta Corte em várias ocasiões, tendo sido reafirmado, na mais recente delas, o entendimento segundo o qual **"o exame sobre a natureza concursal ou extraconcursal do crédito é de competência do Juízo da recuperação judicial, a partir daí cabendo, se for o caso, os recursos pertinentes"** (CC n. 153.473/PR, Relator para o acórdão o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 26/6/2018). Eis a ementa desse julgado:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA. JUÍZO ACERCA DA ESSENCIALIDADE DO BEM PARA A ATIVIDADE EMPRESARIAL.

1. Há absoluta convergência, entre doutrina e jurisprudência, que, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizado pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação do patrimônio da recuperanda, o que tem o condão, inclusive, de impedir a retirada de bens essenciais, ainda que garantidos por alienação fiduciária, da posse da sociedade em recuperação (art. 49, § 3º, da LRF).

2. É inviável, na estreita sede do conflito de competência, a deliberação acerca da natureza extraconcursal do crédito, o que é da estrita competência do Juízo da recuperação, a partir daí cabendo, se for o caso, os recursos pertinentes.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara Cível de Sertãoópolis/PR.

Confiram-se, a propósito, estes outros precedentes (sem destaque no original):

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ATOS CONSTRITIVOS. APRECIÇÃO DO CARÁTER EXTRACONCURSAL DE CRÉDITOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. Compete ao Juízo da recuperação judicial tomar todas as medidas de constrição e de venda de bens integrantes do patrimônio da empresa sujeitos ao plano de recuperação judicial, uma vez aprovado o referido plano; **cabendo-lhe, ainda, a constatação do caráter extraconcursal de crédito discutido nos autos de ação de execução.**

[...]

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC n. 141.719/MG, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, DJe 2/5/2016)

PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. BEM EXTRACONCURSAL. CARÁTER ESSENCIAL. EXCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. PRAZO LEGAL DE SUSPENSÃO EXTINTO. IRRELEVÂNCIA.

1. Segundo precedentes da Segunda Seção, **a análise do caráter extraconcursal dos bens em posse da empresa em recuperação deve ser realizada pelo juízo universal.**

2. O estreito âmbito cognitivo do incidente de conflito de competência permite apenas a declaração do juízo competente para decidir determinada questão, sendo inadequada, nesta via, a classificação do crédito cobrado da empresa em recuperação.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no CC n. 151.207/GO, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, DJe 13/11/2017)

Nessa linha de entendimento, a questão relacionada à definição da natureza do crédito objeto da execução, se concursal ou não, deverá ser dirimida pelo Juízo da recuperação judicial, cabendo à credora FMC Química do Brasil Ltda. fazer a defesa de seus interesses perante esse juízo.

Ante o exposto, conheço do conflito e declaro competente o Juízo de

# *Superior Tribunal de Justiça*

Direito da 1ª Vara Cível de Campo Verde-MT para decidir sobre a natureza do crédito objeto da Cédula de Produto Rural n. FMCMI 08/2016.

Comunique-se, com urgência, aos Juízos da 1ª Vara Cível de Campinas-SP e da 1ª Vara Cível de Campo Verde-MT.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator